



BRASIL DA DÉCADA DE 30: INTELLECTUAIS, PROJETO NACIONAL E A “RAÇA BRASILEIRA”

Nara Maria Carlos de Santana¹

Resumo: A participação dos intelectuais na construção da brasilidade foi uma das características marcantes de todo o período Vargas. As atividades políticas dos intelectuais preocupados com a questão nacional foram iniciadas ainda no século XIX. A idéia era de que os intelectuais como elite, poderiam fomentar o desenvolvimento social, a partir de seus conhecimentos e da observação de manifestações culturais autenticamente “superiores”. Neste trabalho, apresentamos as propostas varguistas sistematizadas por seus ideólogos Francisco Campos e Azevedo Amaral, em suas obras *O Estado Nacional e Getúlio Vargas, estadista*. A partir de uma metodologia que privilegiou a análise de fontes secundárias, pretendemos entender as características fundadoras do projeto de Estado Nacional com destaque para a proposta de uma “raça brasileira”.

Palavras-chave: Estado Novo; Intelectuais; Projeto Nacional; “Raça Brasileira”; Nação.

BRAZIL IN THE DECADE OF 30: INTELLECTUAL, NATIONAL PROJECT AND THE "BRAZILIAN RACE"

Abstract: The participation of intellectuals in the building of the Brazilianness was one of the remarkable characteristics of the entire Vargas period. Political activities of intellectuals concerned with the national question were initiated yet in the nineteenth century. The idea was that the intellectuals, as elite, could promote social development, from their knowledge and observation of truly "superior" cultural manifestations. In this paper, we present the “varguistas” proposals systematized by his ideologues Francisco Campos and Amaral Azevedo, in their works *The National State and Getúlio Vargas, statesman*. With a methodology that focused on the analysis of secondary sources, we aim to understand the founding characteristics of the National State project, highlighting the proposal of a "Brazilian race".

Key-words: New State; Intellectuals; National Project; “Brazilian race”; Nation.

BRÉSIL DE LA DÉCADE DE 30: INTELLECTUELS, PROJET NATIONAL ET LA RACE BRÉSILIENNE

Résumé: La participation des intellectuelle dans la construction de la *brasilidade* était une des caractéristiques marquant de tout période Vargas. Les activités politiques des intellectuels préoccupés par la question nationale ont été entamées au XIXe siècle. L'idée était que les intellectuelles comme l'élite, pourraient encourager le développement social, a partir de leur connaissance et l'observation des manifestations culturelles authentiquement “supérieurs”. Dans cet

¹ Doutora em História Política e Social das Idéias, professora da graduação de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Unidade Petrópolis e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Relações Etnicorraciais.



article, nous présentons les propositions varguistas systématisée par leurs idéologues Francisco Campos et Azevedo Amaral, dans ses œuvres *O Estado Nacional* et *Getúlio Vargas, estadista*. D'une méthodologie qu'a privilégié l'analyse des sources secondaires, nous avons l'intention de comprendre les caractéristiques fondatrice du projet d'État National avec detache pour la proposition de "race brésilienne"

Mots-clés: Estado Novo; Intelectuels; Projet National; Race brésilienne; Nation.

BRASIL EN LA DÉCADA DE 30: INTELECTUALES, PROYECTO NACIONAL Y LA "RAZA BRASILEÑA"

Resumen: La participación de los intelectuales en la construcción de la "brasilidad" fue un de los rasgos mercantes de todo el período Vargas. Las actividades políticas de los intelectuales preocupados con la cuestión fueron iniciadas aún en el siglo XIX. La idea era que los intelectuales como elite, pudieron fomentar el desarrollo social, a partir de sus conocimientos y de la observación de las manifestaciones culturales auténticamente "superiores". En este trabajo, presentamos las propuestas varguistas sistematizadas por sus ideólogos Francisco Campos e Azevedo Amaral, en sus obras *O Estado Nacional* y *Getúlio Varga, estadista*. A partir de una metodología que ha privilegiado al análisis de fuentes secundarias, se quiere comprender los rasgos fundadores del proyecto del Estado Nacional con destaque para la propuesta de una "raza brasileña"

Palabras-clave: Estado Nuevo; Intelectuales; Proyecto Nacional; "Raza Brasileña"; Nación.

INTRODUÇÃO

A participação dos intelectuais na construção de uma dada identidade nacional foi uma das características marcantes de todo o período Vargas. As atividades políticas dos intelectuais preocupados com a questão nacional foram iniciadas, ainda no século XIX, tiveram um lugar de destaque nos anos 20 do século XX e durante o período de Vargas adquiriram um status especial. A ideia era de que os intelectuais como elite poderiam fomentar o desenvolvimento social, a partir de seus conhecimentos e da observação da prática de manifestações culturais autenticamente "*superiores*".

A importância social dos intelectuais no Brasil vem desde o império, quando surge uma concepção de que construir uma nação civilizada dependeria em parte da participação política deste grupo. Durante o Estado Novo, este grupo social teve uma relevância tanto para a legitimação da ditadura varguista, quanto para a própria concepção do regime que se fundou. Dentre os intelectuais que participaram deste período, neste trabalho serão vistos



dois de seus idealizadores, Francisco Campos e Azevedo Amaral, tomando por base suas obras: O Estado Nacional e Getúlio Vargas, estadista, respectivamente. A análise aqui apresentada não pretende esgotar as possibilidades de leitura destas obras, mas observar um dos aspectos importantes da construção do Estado Novo que são tratados nestes trabalhos e que trata da questão racial. É importante destacar o importante papel destes intelectuais, principalmente levando em conta, o seu papel enquanto ideólogos do regime.

Chamados para a elaboração teórica do regime, Campos e Amaral, ofereceram uma formulação oficial e uma explicação da razão de ser do Estado Nacional. Estes intelectuais mostraram-se preocupados com o problema da identidade nacional e exercendo um papel político se propuseram a “civilizar por cima, dirimindo a questão social através do projeto nacional”. (Campos, 1941, p. 16)

Apesar de o governo ter se cercado de intelectuais para desenvolver e legitimar sua proposta de nação, a todo o momento, a idéia original se justificava pela concretização de expectativas e/ou manifestações presentes na sociedade, como destaca Pécaut (1990, p. 39)

Voltamos, com isso, às qualificações reivindicadas pelos intelectuais. Tinham uma vocação dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito.

Em resposta ao chamado, Francisco Campos e Azevedo Amaral, sistematizaram as propostas Varguistas para o Estado Nacional. Em 1940, Francisco Campos, que já havia elaborado a Constituição de 1937, publicou “O Estado Nacional”. Em 1938, Azevedo Amaral já havia publicado a obra na qual apresentava a ideologia do Estado Novo, “O Estado Autoritário e a Realidade Nacional” e em 1941, publicou o livro “Getúlio Vargas – estadista, explicando e enaltecendo o caráter de condutor político de Vargas.

FRANCISCO CAMPOS E SUA IDEIA DE NAÇÃO



O governo Vargas, ao se cercar de intelectuais para implementar as bases de um projeto político de nação, buscou legitimar a ditadura do Estado Novo e levar a cabo as expectativas latentes na sociedade. Pamplona afirma:

É amplamente sabido que a nação como constructo cultural, é sempre o trabalho coletivo de muitos. Comunidades letradas e iletradas, grupos dominantes e dominados, nacionalmente integrados ou excluídos, todos contribuem com distinta intensidade, de modo diferente e em ocasiões diversas, para a produção desse dinâmico e mutável “caldo” cultural ao qual o nacionalismo costuma vir identificado. (Pamplona, 2003, p. 03)

Mas, ao contrário do que aponta Pamplona, a proposta varguista foi sistematizada por seus ideólogos, Francisco Campos e Azevedo Amaral, e a comunidade iletrada foi representada inicialmente pelos intelectuais que participaram ativamente deste constructo social chamado Nação. Em seus trabalhos, Campos e Amaral concluíram que somente uma elite intelectual seria capaz de interpretar os sentimentos e os interesses do povo e, ao mesmo tempo, discipliná-lo. Se por um lado, os intelectuais se “atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso”, por outro a organização social brasileira contribuiu para reforçar estas concepções. (Campos, 1941, p. 16) Numa conjunção de concepções de caráter conservador surgido nos anos 30, os ideólogos do Estado Novo construíram sua proposta de Estado.

Em seu trabalho sobre o Estado Nacional, Campos descreveu que o mito da nação constituiu-se num dos principais dogmas da política contemporânea e junto a este dogma o autor apresentava um outro mito, o da personalidade do líder, “em cuja máscara de Gorgona as massas procuram ler os decretos do destino” (Campos, 1941, p. 16). Aqui, o ideólogo começa a explicar um dos pontos centrais da política estadonovista e que marcou todo o período de Getúlio Vargas que foi o “culto à personalidade”. Francisco Campos destaca a todo momento, a importância de um líder condutor da política nacional ao mesmo tempo em que aponta as demais características do Estado Novo, com destaque para o anti-liberalismo.

As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade charismática. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosa e activa as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o dictado de uma vontade pessoal. O regimen político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-acclamação, apello,



antes do que escolha. Não o voto democrático, expressão relativista e sceptica de preferência, de *sympathia*, do póde ser que sim póde ser que não, mas a forma unívoca, que não admite alternativas, e que traduz a atitude da vontade mobilizada para a guerra. (Campos, 1941, p. 16)

Curiosamente, a explicação dada a Campos contra o liberalismo é a de que o voto e a participação popular possuem um carácter ditatorial, visto que “dispersam os interesses nacionais”. Isto porque, para o ideólogo, o que está em questão no Estado varguista é a afirmação da nação. Ou melhor, a afirmação da comunidade, que representa o contrário do individualismo representado pelo liberalismo. Por isso, a nação é apresentada como o *locus* de diluição dos conflitos. O enfrentamento da questão nacional passa, portanto, pelo modelo de nação que o projeto varguista está apresentando. Nesta nação, os interesses serão unificados na vontade de um único homem, capaz de compreender os anseios populares e concretizar a justiça social. Campos argumenta ainda que, a necessidade de uma personalidade “charismática” no poder tornara-se um fenómeno comum do mundo ocidental daqueles dias (Campos, 1941, p. 16).

Não há, a estas horas, paiz que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem charismatico ou marcado pelo destino para dar ás aspirações da massa uma expressão symbolica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao chaos da angustia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações collectivas. (Campos, 1941, p. 17)

Na percepção de Campos a necessidade de um líder condutor do sentimento das massas, é explicada pela influência dos pensamentos conservadores que marcaram a intelectualidade brasileira desde o século XIX. Por outro lado, observamos também o reflexo indubitável dos regimes de massa que se desenvolveram ao longo das duas últimas décadas de 20 e 30 no ocidente e a maneira como estes se organizaram.²

No início de sua explicação sobre a participação popular nos modelos liberais, o autor destaca de que maneira a “entrada das massas no cenário político”, através principalmente do voto e do plebiscito foram responsáveis pela separação (ou fracasso) da

² Vale ressaltar que apesar de utilizar em seu discurso elementos presentes os discursos totalitários, e Francisco Campos desenvolve uma interpretação de vários modelos para o caso brasileiro, tentando adaptá-lo a realidade autoritária que desejava imprimir. É interessante notar que seu discurso faz uma crítica ao totalitarismo. Cf. Campos, 1941.



democracia e do liberalismo. No Brasil, o antiliberalismo dos ideólogos do regime de Vargas, segue primeiramente uma tendência mundial, em virtude do fracasso do liberalismo e que culminou com a 1ª Grande Guerra, até aquela data. Segundo, para explicar a necessidade de legitimação de um governante que assume ditatorialmente.

Em sua leitura contra o liberalismo, Campos afirmava que o liberalismo construiu o mundo político de forma similar ao universo jurídico ou forense, em que as tomadas de decisões ficariam circunscritas a foros comuns ou de organização, em que as opiniões individuais seriam submetidas ao julgamento da maioria. No liberalismo, as decisões seriam tomadas segundo a razão “ou ao critério de justiça ou de verdade”, fundando para isso uma democracia com base na liberdade de associação, de imprensa e das demais manifestações do pensamento (Campos, 1941, p. 12).

Mas, para o autor, foram justamente estas características que se constituiriam em empecilhos para o bom funcionamento da democracia liberal. Este declara que o sistema liberal-democrático, não pode ser eficaz por muito tempo, já que “se limitava a reduzidas zonas humanas e o seu conteúdo não envolvia senão estados de tensão ou de conflito de interesses (...)”, representando interesses setoriais em detrimento dos interesses gerais, - no caso - nacionais. Mais ainda, segundo o ideólogo foi o crescimento das massas urbanas que dificultou a eficiência do processo político, alargando as zonas de interesse individuais e aumentando o constante “estado de conflito”, configurado pela questão social. Na compreensão do autor, que segue o pensamento ocidental corrente nas primeiras décadas do século XX, o fracasso da democracia liberal do começo do século XX, viabilizou também a ascensão dos regimes totalitários.

Assim, porém, como o processo democrático de integração política deixou de funcionar quando cresceu em extensão e intensidade a área dos antagonismos das tensões e dos conflitos internos, nós vemos, no domínio internacional, avolumar-se a massa das tensões econômicas e políticas, particularmente as determinadas pela ressurreição do mytho nacional e do conseqüente Estado totalitário ou estado de massas. (Campos, 1941, p. 30)

Ao discutir as bases fundamentais do que ele chama “o novo Estado brasileiro”, o autor consegue justificar as decisões e os rumos do governo, resgatando o sentimento da nacionalidade (Campos, 1941, p. 35). Seu argumento a favor do Estado Nacional varguista



apela para uma idéia de fidelidade que a concepção de nação provoca no povo. Campos afirmava que: “O novo Estado brasileiro resultou de um imperativo de salvação nacional”. Finalmente, após os preâmbulos iniciais onde introduz alguns aspectos deste novo Estado aqui já vistos, tal como, a importância da participação de um líder e o antiliberalismo, o ideólogo passa a definir quais as características deste Estado Novo. Com a finalidade de conduzir o “imperativo de salvação nacional”, no manifesto de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas assume o governo que de acordo com Campos estava identificado com o “destino da pátria” (Campos, 1941, p. 36).

Neste manifesto, Vargas definia as bases da ditadura estadonovista, que de acordo com Campos estaria “exprimindo o consenso nacional”. Como uma das primeiras medidas do Estado Novo destacados neste documento aparece à necessidade de extinção dos partidos políticos. Para o governo e seus ideólogos os partidos políticos já não representavam os interesses da população, e “nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais e de predomínios localistas [...]” (Campos, 1941, p. 38). Com base na estrutura da representação popular de períodos anteriores, principalmente do pré-30, os pressupostos do Estado Novo legitimaram o fim da representação partidária.

A crítica feita à política da Primeira República confunde-se com a crítica ao Estado Liberal. Segundo Campos, no documento, Vargas ressalta que:

Quando os partidos tinham objectivo de carácter meramente político, como a extensão de franquias constitucionaes e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as actividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objectivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da lucta civil, que espia a todo momento os regimens dependentes das fluctuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da lucta de classes. Em taes circunstancias, a capacidade de resistência do regimen desaparece e a disputa pacifica das urnas é transportada para o campo da turbulência aggressiva e dos choques armados. (Campos, 1941, p. 40)

A noção de ruptura com a sociedade provocadas pelo carácter meramente político dos partidos na Primeira República, representavam nesta lógica, a ameaça a nação, ou melhor dizendo, aos interesses “maiores” da nação, em oposição aos anseios individualistas, típicos do Estado Liberal. No texto sobre o Estado Nacional, Campos ataca



outros mecanismos da democracia liberal, sempre justificando o discurso presente no manifesto que inaugurou o regime ditatorial varguista. Descreve e analisa a crítica feita no documento à constituição de 1934; ao poder legislativo; ao descomprometimento da representativa profissional (ausente de cooperação) e ao mito do sufrágio universal (Campos, *passim*).

Todos estes fatores, para este autor, foram os responsáveis pela “descontinuidade e pela dispersão características de um quadro de desordem”. Em vista disso, “O Brasil pedia ordem, e, dia a dia, agravava-se o seu estado de desordem”. O Estado Novo em nome do “imperativo nacional, propunha-se a inaugurar uma sociedade da ordem, em que o argumento da unidade nacional sobrepuja os elementos de conflito presentes na sociedade.”

A NAÇÃO E O IMPERATIVO NACIONAL

O imperativo nacional presente na proposta de construção do Estado Nacional fundamentou-se na legitimação do “binômio nação e povo”, como forma de acabar com a descentralização e de concretizar um projeto nacional por meio da ditadura. Neste projeto, a questão da assimilação e do caldeamento racial tornou-se uma das preocupações centrais do governo getulista, que pretendeu definir o que convencionou-se chamar “raça brasileira” e que aparece de maneira recorrente no texto de Campos. Novamente, é importante destacar que, o caldeamento racial foi um, dentre outros, pressupostos do Projeto Nacional.

A proposta de “raça brasileira” funcionava como uma tentativa de produzir um modelo étnico para a nação, utilizando-se de medidas políticas. A ideia era concretizar a unidade pretendida em torno de um chefe – com o fim do funcionamento político partidário – e promover unidade étnica e cultural, redefinindo as medidas sugeridas no final do século XIX no Brasil. O nacionalismo brasileiro destacava a necessidade de unificação a partir da homogeneização étnica e cultural, privilegiando a mestiçagem e a assimilação cultural, que criaria uma “raça brasileira”. O imperativo nacional surge como uma resposta aos projetos políticos do século XIX e começo do XX que apontavam para uma inviabilidade da Nação, sobretudo por sua formação étnica-racial.



No liberalismo do século XIX, as ideias das elites intelectuais brasileiras também foram influenciadas pelas correntes filosófico – científicas europeias: determinismo, darwinismo e positivismo que fundamentaram os projetos e os discursos reformadores dos intelectuais no Brasil. Todas estas correntes de pensamento apontavam para a inexistência de um povo, a heterogenia sócio-racial e a mestiçagem como condicionadores do nosso estado de inferioridade e incivilidade, comparativamente ao mundo europeu. Ao incorporar a teoria da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, a elite reformadora começou a pensar sobre a transição para o trabalho livre pela via imigracionista.

O imigrante deveria “contagiar” o povo brasileiro com sua civilização, com sua energia – confundida com raça – para o trabalho, fosse através da integração sociocultural, chamada de assimilação, fosse pelas relações inter-raciais, ou caldeamento. O resultado imediato esperado era o branqueamento em suas múltiplas facetas e de acordo com o projeto de cada intelectual. O resultado esperado era a “melhoria” e “evolução” da nação.

Ao contrário da sociedade norte americana que era birracial, a marca nacional era a mestiçagem. Essa mistura de raças serviu para reforçar a teoria do caldeamento. Ainda que esta constituição, não implicasse em uma verdadeira “democracia racial”. O resultado da constatação do alto grau de mestiçagem presenciado no século XIX foi o surgimento de proposta de branqueamento como solução tanto para a homogeneização da “raça brasileira”, quanto para o aprimoramento da mesma. A expectativa em torno das relações inter-raciais, entre negros e imigrantes, mestiços, e a recriação da “raça brasileira” foram, sem dúvida, alguns dos mais destacados objetivos traçados para a elaboração de uma identidade étnica-social da nacionalidade brasileira. (Skidmore, 1976, p. 40)

O projeto estado novista apresentou uma novidade. Ao contrário dos pressupostos raciais do século XIX, - que veremos adiante - na concepção estadonovista existe uma defesa desta “raça” e a valorização da presença das três raças fundadoras como fator da brasilidade. Mais ainda, admite esta heterogeneidade na formação do chamado “homem novo”, de uma maneira positiva, desde que mantenha o caldeamento racial. A heterogeneidade defendida é a que promove a mestiçagem. O papel do intelectual Campos na política racial foi ressaltar a necessidade de conformação de uma “raça brasileira”.



O ESTADO NOVO E O PROJETO NACIONAL EM AZEVEDO AMARAL

Como idealizador do Estado Novo o trabalho de Azevedo Amaral “Getúlio Vargas – estadista”, publicado durante o regime em 1941, se propôs a propagandear o Estado Nacional e segundo as palavras do próprio autor, lançar “algumas reflexões sobre certos traços da mentalidade e do temperamento do Presidente que mais fortemente se destacam”. (Amaral, 1941, p. 16) O trabalho de Amaral e o de Campos convergiam politicamente, principalmente nos fundamentos antiliberais, que no mais, eram uma tendência no período.

A base das reflexões de Azevedo Amaral acerca da personalidade de Getúlio Vargas coincide com as ideias fundamentais do pensamento de Francisco Campos sobre as qualidades do líder político. Este autor também destaca os aspectos negativos do liberalismo, a importância de um líder condutor das mudanças políticas, o anticomunismo, o surgimento de uma nova concepção de “democracia social” e a oposição ao totalitarismo.

Apesar de suas críticas ao liberalismo do século XIX, este intelectual fez questão de ressaltar que no Brasil este modelo nunca se concretizou na prática das instituições do Estado. Amaral afirmava que o liberalismo vigente nos vários países onde foi adotado fracassou principalmente na produção de representantes competentes para a execução de políticas sociais positivas.

No século XIX e ainda hoje, nos países onde subsiste o liberalismo democrático com a sua maquinaria eleitoral e parlamentar, os políticos dotados de capacidade para elevarem-se a um plano superior viram-se e continuam a ver-se constringidos a fingir-se de medíocres, para não serem destruídos pelas forças inerentes à própria essência do sistema em que se acham integrados. O fato aqui apontado constitui o traço mais característico da vida pública na era democrática. O sucesso dos medíocres na esfera política tornou-se na democracia eleitoral e parlamentar tão generalizado e invariável, que nenhum dos pensadores de maior sagacidade e profundidade na análise deixou de assinalar esse aspecto do regime liberal, como o mais significativo talvez da sua natureza e das suas tendências. (Amaral, 1941, p. 23)

Ao apontar a fragilidade do poder executivo presente nas democracias liberais, Amaral,- assim como fez Campos - pretende justificava o governo ditatorial e o destacado papel de Getúlio Vargas na condução dos objetivos do povo brasileiro, legitimando a ideia



de democracia social.³ O autor explica o quadro político em que se encontrava o país até 1930, apresentava os antecedentes mundiais do fracasso do liberalismo, as consequências da crise, por isso destacava a importância de Getúlio Vargas para implementação de uma política nacional que possibilitasse o estabelecimento da ordem e dos ideais da nação, levando a cabo a aplicação da justiça social (Amaral, 1941, p. 64-74),

A experiência democrático-liberal, concretizada nas eleições da constituinte de 1933 e na da primeira câmara constitucional no ano seguinte, veio dar ao Brasil a prova insofismável de que a autêntica democracia liberal era incomparavelmente pior que a sua deformação pela fraude eleitoral e pelo abuso no reconhecimento de poderes.

Desde a Revolução de 30, quando Getúlio Vargas chegou ao poder pela primeira vez apoiado pelos militares, tendo em vista o afastamento das elites dominantes da República Velha e a falência da concepção brasileira de um estado liberal, teve início no Brasil uma era gradual de intervenção estatal e uma política nacionalista.

Em 10 de novembro de 1937, após passar por graves crises políticas – até mesmo durante o período constitucional de seu governo em 1934 – Vargas deu um golpe de estado, outorgando a Constituição redigida em 1936 por Francisco Campos. A carta de 10 de novembro dissolveu a independência dos três poderes e passou-os às mãos do presidente, extinguiu os partidos e instituiu o regime corporativo sob a autoridade de Getúlio Vargas. O presidente governou até 1945, através de decretos-leis com força constitucional.

Neste contexto, elaborou-se o que os dois ideólogos juntamente com Oliveira Vianna, chamaram de “O Estado Nacional”. Este estado foi, segundo Lippi (1982, p. 26), concebido sob dois ângulos:

Nacionalismo e Autoritarismo são ângulos distintos e complementares do processo de formação do Estado Nacional. A Soberania, como atributo exclusivo do Estado e a capacidade de ação do Governo Federal sobre todo o território se unem na realização do objetivo comum de criar a nacionalidade. Este projeto unificador envolve múltiplos aspectos: é movido pelos ideais de justiça, de “democracia social”, mas, acima de tudo, o rege uma “razão de estado”.

³ A ideia de Democracia Social foi um conceito aplicado para explicar que o Estado Novo não era uma Ditadura, pelos ideólogos desta ideia de Estado.



A principal razão de estado em Amaral aparece como o restabelecimento da ordem que só se tornou possível em virtude de Getúlio Vargas possuir o “instinto da ordem”. Dentro dessa mesma lógica de estado, Campos (1941, p. 214) revela: “Existe effectivamente, um governo, um poder, uma autoridade. O chefe é o chefe da nação. (...) Somente um estado de chefe pode ser um Estado Nacional: unificar o Estado é unificar a Nação.” Campos e Amaral, descreveram Vargas como o condutor que “elevaria o espírito das massas”, na concretização de um ideal nacional.

Esse destaque dado a “personalidade excepcional” de Vargas pode ser legitimado pela concepção de que alguns estariam mais aptos para o exercício do poder de que outros homens, o que coincidiria com os pressupostos elitistas.

A TEORIA DAS ELITES E OS INTELLECTUAIS

Dentro do pensamento conservador a teoria das elites representa uma interpretação antidemocrática e anti-socialista, constituindo-se assim como um ponto de referência para a construção do projeto dos intelectuais a serviço do Estado Novo. No Brasil, desde o século XIX as teorias em voga na Europa, como o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer, as concepções de Vacher De Lapouge ou de Gumplowiz, a psicologia das massas de Lê Bom, influenciavam a *intelligentsia* nacional (Pecaut, 1990, p. 35). Inclusive no seu uso para desqualificar o Brasil por sua composição étnico-racial.

No começo do século XX, ou melhor, desde 1880 o positivismo difundiu-se no país e assim como a teoria das elites também inspirou intelectuais e serviu para disseminar a idéia de que a política e a ciência estavam associadas. O próprio Azevedo Amaral propôs “a investigação positiva do desenvolvimento sociológico”. As inspirações destas teorias serviriam para justificar não só a necessidade da presença dos intelectuais nos quadros tradicionais do governo onde esta presença é comumente exigida - como no ministério da cultura -, como também em diversos outros setores do Estado.⁴

⁴ Para explicar a Teoria das Elites, usaremos Bobbio (2004: 385): “Por teoria das Elites ou Elitista de onde também o nome elitismo se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade existe, sempre e apenas,



A teoria das elites foi desenvolvida por três pensadores principais. O primeiro deles foi Gaetano Mosca em 1896 com o clássico *Elementi di Scienza Política*, o segundo Vilfredo Pareto em 1916 com o *Tratatto di Sociologia Generale* e o último foi o norte-americano Robert Mitchels que em 1910, publicou *La Sociologia Del Partito Político nelle Democrazia Moderna*. Cada um deles partiu da formulação original de Gaetano Mosca desenvolvendo e acrescentando novas análises à teoria. Os trabalhos de Francisco Campos e Azevedo Amaral foram influenciados pelas teses destes elitistas, principalmente de Vilfredo Pareto que pareciam os mais adequados às propostas destes intelectuais. Segundo este teórico das elites,

Sendo os homens desiguais em todo o campo de sua atividade, dispõem-se, em vários níveis, que vão do superior ao inferior; chamou de elites aqueles que fazem parte do grau superior, deteve-se particularmente sobre os indivíduos que, ocupando os graus superiores de riqueza e do poder, constituem a elite política ou aristocracia. (Bobbio, 2004, p. 386)

Este pressuposto que diferenciava os homens em grupos parece inspirar o discurso de Amaral (1941, p. 48-49):

Os homens dividem-se a esse respeito em duas categorias facilmente diferenciáveis uma da outra. Uns são os que poucas impressões recebem da falta de coordenação dos objetos, que a observação do mundo exterior lhes proporciona. Os outros, os que não podem resistir à influência penosa e por vezes mesmo intolerável dessa falta de concatenação, que se manifesta no que chamamos a desordem. Os primeiros poderiam ser qualificados como sofrendo de uma cegueira mental, inibindo-os de sentir o efeito perturbador e desconcertante da subversão do encadeamento hierárquico, que a natureza nos apresenta em todas as suas expressões. Os segundos têm em maior ou menor escala desenvolvido o instinto da ordem, que melhor poderíamos chamar de sentido da coordenação hierárquica.

Sobre a questão da hierarquia e da ordem, os dois ideólogos do Estado Novo não pararam por aí. Na perspectiva destes intelectuais – tal como naquela da teoria das elites e nas demais teorias inspiradoras – os homens superiores, assim o seriam por uma “espécie de capacidade biológica e psíquica”. Ou seja, a superioridade, “o instinto de ordem”, a “coordenação hierárquica” são aspectos “naturais” que aparecem nos dois discursos e que

uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada.”



diferenciam o homem superior do inferior e os capacitam a conduzir os destinos das massas.

Estes pensadores entendiam que a questão social no Brasil, nasceu do abandono político e econômico em que se encontravam os trabalhadores, que viviam sem nenhuma proteção jurídica capaz de solucionar a questão entre o capital e o trabalho. É importante notar que no caso brasileiro, a problemática social, a questão nacional e a questão racial se confundiam e ainda hoje, se confundem.

QUANDO RAÇA E NAÇÃO SE CONFUNDEM

Os pressupostos teóricos de Campos e Amaral foram levados da teoria à prática com o governo de Getúlio Vargas. A ditadura Vargas implementou uma série de medidas políticas através de decretos-leis, que possibilitaram a execução de aspectos formais dos projetos destes ideólogos. Repetindo a análise de Pamplona(2003:3) do começo do texto, (...) a nação como constructo cultural, foi o projeto privilegiado destes intelectuais. Mas, a nação brasileira, precisava definir um dos componentes fundamentais deste “caldo cultural ao qual o nacionalismo costuma vir identificado” e que no Brasil desde meados do século XIX, foi vinculado ao pertencimento étnico-racial, identificado pela figura do mestiço.

Assim que, já no começo do século XX, apesar do quadro de descrença na viabilidade do progresso determinada pela composição étnica brasileira e pelo meio geográfico e, principalmente pelas teorias científicas do século XIX, sobressaiu-se no Brasil um movimento chauvinista de concepção ufanista, representado por Sousa Bandeira, Afonso Celso e Manuel Bonfim.⁵ (Ventura, 1991, p. 55)

Os precursores das ciências sociais no Brasil, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, retornaram a discussão do nacionalismo e apontaram para uma superação do pensamento romântico utilizando como base a produção teórica da época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer (Skidmore, 1976,

⁵ Sousa Bandeira era crítico literário, Afonso Celso escreveu um compêndio e Manuel Bonfim um dos maiores expoentes do nacionalismo, era médico e ensaísta.



p. 13). O apelo à base científica, no entanto, não serviu para diminuir as tensões nem para minimizar os papéis raciais na sociedade brasileira, mas apenas para tentar superar as barreiras impostas pela limitação racial e descobrir uma fórmula de caminhar rumo à ordem e ao progresso.

As teorias científicas eram claras. Postulavam a evolução do “simples” (povos primitivos) para o “complexo” (sociedades ocidentais), o que, simplificando, significava que os europeus por serem mais evoluídos científica e tecnologicamente, eram superiores racialmente e por isso, os mais qualificados para serem os condutores da humanidade rumo ao progresso, à ordem e à ciência.

A reprodução de teorias científicas europeias para sociedade brasileira, diferente racial e geograficamente da Europa pós anos 70, atribuía a miscigenação responsabilidade pelos problemas sociais presentes numa sociedade que até então era colônia. Além disso, legitimava uma postura racista, já transparente no pensamento romântico nacional de meados do XIX, ao considerar a mistura de raças e a qualidade do meio os vilões responsáveis pelo não desenvolvimento no país. Estas análises acabaram por definir os determinantes de nossa identidade nacional naquele momento, como a raça e o meio geográfico.

A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia, assim, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues). (Ventura, 1991, p. 13)

Partindo destas interpretações, o Brasil, ao contrário das demais nações europeias modernas, não poderia recorrer a um passado glorioso para construir sua identidade nacional, tampouco poderia orgulhar-se da sua formação multirracial para definir-se enquanto nação. A língua não apareceria como uma questão, já que foi definida no momento da colonização, a não ser pela presença do que o Estado Novo considerou



“quistos étnicos” formados por estrangeiros, em geral imigrantes vindos para o país ao longo do século XIX.

Assim, na ausência de um passado de glórias para criar um presente mais agradável, a solução foi tentar modificar o futuro. Por isso, como os intelectuais nacionais não admitiam a transposição dos modelos externos, defenderam a ideia de que o meio e a raça seriam os “fatores internos” para a definição da realidade brasileira, determinando a partir destes elementos o nacional e o popular. Um momento crucial para uma política com uma proposta racial, foi a década de 30, por meio do projeto Nacional de Vargas. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e depois em 38 quando Oswaldo Aranha assume o ministério das Relações Exteriores, várias medidas nacionalizadoras foram tomadas, no sentido de valorização do país e da nação brasileira e dentre outras problemáticas, a racial foi uma das questões centrais.

A GUIA DE CONCLUSÃO

A proposta de construção do Estado Nacional partiu fundamentalmente da necessidade de legitimação do que Lippi (1982) chamou de “binômio nação e povo” como forma de acabar com a descentralização e de concretizar um projeto nacional que valorizasse os aspectos deste binômio. Para esta proposta de nação, a questão da assimilação e do caldeamento dos estrangeiros no país tornou-se uma das preocupações centrais do governo de Vargas. Por outro lado, como vimos em Francisco Campos e Azevedo Amaral, a questão da igualdade adquiriu um sentido próprio subordinado à hierarquia na doutrina do Estado Novo. Assim, a cidadania se dava pela subordinação dos interesses individuais gerais da nação brasileira.

Lippi (1982:26) ressalta que a doutrina do Estado Novo baseava-se em “três grandes eixos”, que eram: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo, todos presentes nos trabalhos dos ideólogos Francisco Campos e Azevedo Amaral, como vimos anteriormente. Cada um destes eixos estava intrinsecamente ligado ao outro, sendo que o autoritarismo foi considerado a forma de governo capaz de possibilitar a efetivação do projeto nacionalista.



Ao tratarmos sobre os intelectuais, vimos que a ideia de ordem presente no pensamento Estado novista precisava da condução de um líder político. A ordem era uma faceta do conservadorismo e representava a tradição e a hierarquia como pontos importantes deste projeto de Estado. A democracia social, apresentada por estes intelectuais, passava a existir à medida que um número limitado de pessoas – previamente selecionadas – elegerá os membros das assembleias políticas que representam o pensamento da nação.

Tanto Campos, quanto Amaral concordavam que o “espírito da ordem” possui uma natureza de caráter não somente psicológico como também fisiológico. Como consequência, Campos classificou o homem em duas categorias: os que não conseguem se manifestar na ordem e os que possuem o instinto da ordem mais desenvolvido. Mas, o que diferenciaria estes homens, tornando uns mais aptos para estabelecer a ordem e cumprir as “razões de estado”, eram as diferenças individuais, a superioridade natural em relação aos outros.

A importância dada a questão da ordem encontrou força popular devido à séria crise econômica ocorrida na década de 20 e até mesmo as crises enfrentadas pelo presidente Getúlio Vargas desde o início dos anos 30. Nos anos 20, a sociedade brasileira vivenciou a contestação ao poder concentrado pela burguesia cafeeira, um dos motivos que resultou na Revolução de 30.

Com o interesse de legitimar o Estado Novo, os ideólogos recorreram à memória nacional traumatizada com o passado recente e formularam uma proposta de Estado Nacional que valorizasse, como vimos, os principais aspectos da identidade nacional. O destaque à relevância de uma figura condutora do projeto de nacionalização aparece na maioria dos processos nacionalizadores dos anos 30. Nestes projetos, assim como para Campos, “somente um Estado de chefe pode ser um Estado Nacional: unificar o Estado é unificar a nação.” (Campos, 1941, p. 255)

A unidade pretendida era mais do que uma unidade em torno de um chefe – com o fechamento dos partidos em 1938 – mas também uma unidade étnica e cultural, recuperando as medidas sugeridas no final do século XIX no Brasil e nos movimentos nacionalistas mundiais. Vale ressaltar que, Azevedo Amaral criticava o nacionalismo do



século XIX. O nacionalismo getulista destacava a necessidade de unificação a partir da homogeneização étnica e cultural.

Este “abrasileiramento” dos componentes sociais tinha por base de sustentação do regime e símbolo do cidadão brasileiro, o trabalhador nacional. No que diz respeito a cultura, a ditadura do Estado Novo não ignorou a importância das manifestações populares e se responsabilizou pela condução destas, fosse promovendo aquelas consideradas de caráter nacional ou proibindo as classificadas como não nacionais – as expressões estrangeiras, consideradas “quistos étnicos”. Finalizando, a participação dos intelectuais no projeto nacional varguista, produziu obras legitimadoras da proposta de homogeneização, de unidade do povo, e de elevação da chamada “raça brasileira”, a partir da premissa que este projeto só seria possível pela intervenção ditatorial do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas, o estadista*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Ed., 1941.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura Política e Movimentos Sociais latino-americanos*. Belo Horizonte (MG): Novas Leituras, 2000.

BOBBIO, Norberto et all. *Dicionário de Política*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional – sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas, fantasma de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

CHACON, Vamireh. *A construção da brasilidade (Gilberto Freyre e sua geração)*. Brasília: Paralelo 15 – São Paulo: Marco Zero, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



LINHARES, Maria Helena (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PAMPLONA, Marco A. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

SANTANA, Nara M.C.de. *O confronto dos nacionalismos: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil dos anos 30/40*. Tese de doutorado defendida em Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2005.

SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

*Recebido em julho de 2014
Aprovado em setembro de 2014*